



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 306/2012

Altera o art. 1º da Lei nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que estabelece normas de identificação de profissionais de farmácias e drogarias.

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei nº 16.086, de 17 de abril de 2009, que estabelece normas de identificação de profissionais de farmácias e drogarias, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os responsáveis pelas farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e homeopatia estabelecidas no Estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome, foto e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF do técnico (farmacêutico) responsável, dos farmacêuticos substitutos e assistentes, bem como o seu horário de trabalho.”

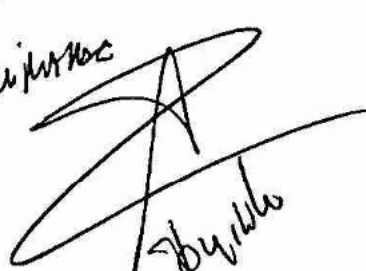
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 416/2013

Declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 97/2014

Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu.

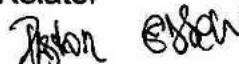
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator




ALEXANDRE CURI
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI nº 493/2013

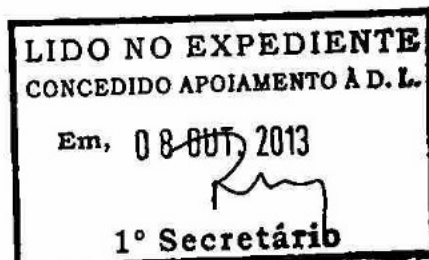
Súmula- Declara de Utilidade Pública Estadual a
"Associação Betel de Castro", com sede e foro no
Município de Castro.

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a "Associação Betel de Castro" com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de Outubro de 2013.


NELSON JUSTUS
DEPUTADO ESTADUAL



15:11 08/10/2013 008673 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO BETEL DE CASTRO**, uma vez que tal instituição desenvolve atividades de interesse da comunidade.

Para atingir suas finalidades, a Associação Betel de Castro, propõe realizar desenvolvimentos interpessoais, instituir e manter veículos de comunicação, fundar e manter instituições de ensino, firmar convênios com outras instituições, promover a recuperação de indivíduos dependentes químicos, promover a reabilitação e ajuda voluntárias gratuitas, morais e cultural, promover cursos profissionalizantes à comunidade, promoção de palestras, debates, aulas, e promover iniciação dos indivíduos através de aulas de música voltada à comunidade em geral.

Assim, contamos com o apoio dos nobres para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 493/2013

Projeto de Lei nº. 493/2013
Autor: Deputado Nelson Justus

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **Associação Betel de Castro**, com sede e foro no Município de Castro.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Betel de Castro**, com sede e foro no Município de Castro, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

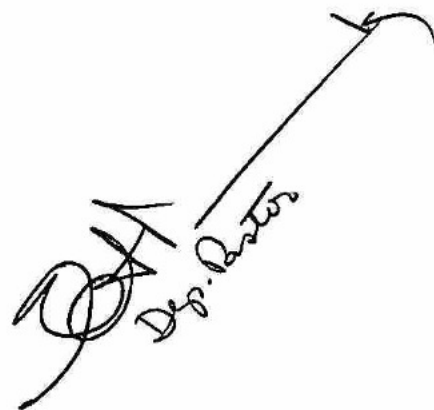

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Parides
Dep. Carli


Dep. Weber


Dep. Truini


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APPROVADO

27105104 